

CIBEC/INEP



XXVII
CONFERÊNCIA-
GERAL DA
UNESCO

Paris (25/10 a 02/11/93)

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
GABINETE DO MINISTRO

Presidente da República Federativa do Brasil

Itamar Augusto Cautiero Franco

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

Murílio de Avellar Hingel

**MEC/INEP
SIBE-CIBEC**

**XXVII
CONFERÊNCIA
GERAL DA
UNESCO**

**XXVII
CONFERÊNCIA-
GERAL DA
UNESCO**

Paris (25/10 a 02/11/93)

MEC

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
GABINETE DO MINISTRO**

SUMÁRIO

- Carta do Diretor-Geral da UNESCO, Dr. Federico Mayor, ao Presidente do Brasil. Dr. Itamar Franco 7
- Pronunciamento do Ministro de Estado da Educação e do Desporto do Brasil, Professor Murílio de Avellar Hingel 11
Anexos
- 1. Agenda de Trabalho do Ministro em sua visita oficial à França (25/10 a 02/11/93) 21
- 2. Carta de Intenção firmada entre o Ministro da Educação Nacional da França e o Ministro da Educação e do Desporto do Brasil, em 26/10/93 (versão em português) 27

Carta do Diretor-Geral da UNESCO ao Presidente da República Federativa do Brasil (versão em português)

DG/16.1.3/93/693

Senhor Presidente da República,

Muito me satisfaz o fato de que as reuniões de trabalho que tive em 1993 com o Senhor Murílio de Avellar Hingel, Ministro da Educação e do Desporto do Brasil, tenham permitido estreitar os laços de cooperação entre a UNESCO e seu país, notadamente no campo da educação.

Desejo, a este respeito, agradecer em particular Vossa Excelência pela notável contribuição que seu governo oferece à realização do programa *Educação para Todos* que, como é de seu conhecimento, visa a desenvolver prioritariamente a educação nos nove países mais populosos do mundo.

No âmbito desse programa, a UNESCO definiu um número muito limitado de ações de grande importância no campo da educação, de caráter inovador e de impacto social considerável, qualitativa e quantitativamente, sobretudo junto às populações menos favorecidas. O *Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente* (PRONAICA), implementado pelo Ministério da Educação e do Desporto do Brasil, vai plenamente ao encontro destes objetivos e a UNESCO o considera um programa modelo.

Nessas circunstâncias, o Secretariado divulgará amplamente esta frutífera experiência brasileira junto ao conjunto da comunidade internacional e, principalmente, junto aos Ministérios encarregados das questões educativas nos Estados membros.

Esperando ter o prazer de encontrá-lo na Reunião de Nova Delhi em dezembro próximo, apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, os protestos da minha mais alta consideração.

Federico Mayor, Diretor-
Geral da UNESCO

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto do Brasil, Professor Murílio de Avellar Hingel, Chefe da Delegação Brasileira à Conferência, no momento de **seu** pronunciamento (27/10/1993)



XXVII Conferência-Geral da UNESCO

Senhor Presidente da Conferência, Senhora
Presidenta do Conselho Executivo, Senhor
Diretor-Geral, Senhoras e Senhores,

Desejo manifestar as mais cordiais felicitações por sua eleição para a presidência da Conferência-Geral. Estou persuadido de que os trabalhos de nossa assembléia atingirão plenamente seus objetivos, mercê de sua competência e habilidade na condução dos debates e na constante busca do consenso.

Reunimo-nos aqui em um momento da história contemporânea que oferece à nossa Organização oportunidade singular de reafirmar os altos propósitos que inspiraram sua criação. Com efeito, fantasmas que considerávamos afastados do convívio humano, como a intolerância, a guerra fratricida, o racismo, a xenofobia e a perpetuação de males como a miséria e a ignorância, voltam a turvar os horizontes da humanidade.

Ouso dizer que a eficácia do Sistema das Nações Unidas como um todo, e da Unesco em particular, dependerá, em muito, de seu aprimoramento diante destes antigos e novos desafios. De maneira geral, a revisão das instâncias decisórias internacionais, de forma a tomá-las mais democráticas e equitativas, é item incontornável da agenda de nossos dias. Maior espírito de democratização e abertura deverá orientar o processo de reformas do sistema da ONU, ao qual meu país atribui grande importância.

Nesse processo, a Unesco - primeira agência do

sistema a empreender esforço sério de autocrítica e renovação - terá papel preponderante. Ao longo da História, pensadores, filósofos e cientistas sempre sublinharam a necessidade de se adequar o ritmo da evolução das regras do direito ao passo célere das transformações sociais e políticas. A velocidade dessas transformações, fruto das conquistas da inteligência e do adensamento dos contatos entre diferentes povos, impõe a necessidade de evolução também no plano das idéias, que viabilize percepção intelectual adequada dos problemas da hora presente.

Mas não apenas a velocidade das transformações sociais e políticas constitui um desafio. Creio que outro mais agudo se nos depara. Assistimos, às vésperas do novo milênio, a um cruel paradoxo: enquanto parcela da humanidade avança em direção a uma estrutura de produção e a um perfil de vida intensivo em conhecimento, grande parte da população da terra permanece prisioneira das trevas do analfabetismo. A vida intelectual e espiritual de milhões de pessoas é, ainda, tolhida pelos flagelos da ignorância, da miséria, da fome. São milhões de potenciais cidadãos em busca da dignidade humana, pensadores, cientistas, escritores, artistas, médicos e professores que perdemos em cada geração. Pudéssemos avaliar a dimensão desse patrimônio humano, desperdiçado de forma irrecuperável, passaríamos a nos esforçar mais em evitar o que, a meu ver, constitui uma catástrofe silenciosa: a perpetuação do analfabetismo e da ignorância.

A Unesco, amparada por seu mandato, já tem realizado esforços consideráveis com vistas a alertar a comunidade das nações sobre essa triste perspectiva. No entanto, é preciso insistir, é preciso denunciar a má distribuição dos frutos dos progressos científicos e tecnológicos e os obstáculos à livre circulação do conhecimento. É preciso ter consciência de que o espírito humano - libertado da fome, miséria, doença e ignorância - constituirá terreno fértil às sementes da Paz.

Em suma, a defesa da Paz é indissociável da luta pelo desenvolvimento sustentável, endógeno, integrado e centrado na pessoa humana. Cabe à Unesco aprimorar e defender tal conceito de desenvolvimento, o único possível de conduzir à superação do paradoxo perverso

da convivência da era da informação e da tecnologia com a ignorância e a miséria.

É nesse sentido que a erradicação do analfabetismo e a educação de base para todos constituem missão prioritária da Unesco. Como Ministro da Educação e do Desporto do Brasil, quero assegurar que essas são prioridades fundamentais em nosso País. Por essa razão, o Brasil copatrocinou, com entusiasmo, projeto de resolução do Governo da Índia que convida o Diretor-Geral a estabelecer, no âmbito do programa de Orçamento da Organização, mais um grupo-meta com prioridade especial: os países mais populosos com as mais elevadas taxas de analfabetismo.

Senhor Presidente,

O programa Educação para Todos tem recebido do Governo brasileiro a mais detida atenção. Em junho último, tive a honra de lançar o Plano Decenal de Educação para Todos. Temos como objetivo muito ambicioso reduzir o analfabetismo a cifras inexpressivas nos próximos dez anos.

O Brasil tem participado, ativamente, dos trabalhos preparatórios da Cúpula dos nove países em desenvolvimento mais populosos sobre Educação para Todos. Tendo em vista a importância única da iniciativa, é intenção do Presidente Itamar Franco comparecer à reunião, da qual todos esperamos resultados substanciais.

Quero ressaltar, agora, a importância do Programa Brasileiro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente que constitui instrumento governamental voltado para a garantia dos direitos fundamentais da infância e da adolescência. Sua ênfase recai sobre a Pedagogia de Atenção Integral mediante ações nas áreas de educação, saúde, assistência e promoção social e integração comunitária.

Concebemos, com este Programa, o processo educativo em sua acepção mais ampla. Além da preparação dos indivíduos para o exercício de uma atividade produtiva, o Governo brasileiro tem consciência de que a educação plena envolve a formação integral da pessoa humana para o exercício

pleno da cidadania em contexto de desenvolvimento econômico e social. É nessa perspectiva que a educação representa, ao lado do desenvolvimento, o esteio do processo democrático.

Reconhecemos, também, que o processo educativo exige a convergência, em benefício da criança, das ações da família, da comunidade e da escola, bem como a integração de serviços sociais de atenção integral.

O Brasil é um país plural que produziu enriquecedora síntese pelo sincretismo cultural e pela miscigenação étnica. Como nação indiscutivelmente inserida, por suas raízes, na Comunidade Ocidental, lamentamos constatar, no seio dessas mesmas comunidades européias das quais se originaram os países do Novo Mundo, o ressurgimento de manifestações xenófobas e de conflitos étnicos exacerbados. Tal situação constitui uma ameaça aos elevados objetivos da Unesco e torna ainda mais oportuna a celebração, em 1995, do Ano Internacional da Tolerância, que deverá resultar em oportuna reflexão sobre a importância de se estabelecerem limites éticos voluntariamente aceitos à competição no campo econômico e político.

Assinale-se, a propósito, que a viabilidade de uma política educacional eficaz está ligada à compreensão de que o poder público e a sociedade civil devem compartilhar responsabilidades, em processo de democratização de âmbito global de caráter irreversível. Também aqui a Unesco tem importante papel a desempenhar, por meio do esforço de descentralização de suas atividades e de cooperação com as Comissões nacionais, cuja importância é convenientemente reiterada pelo Diretor-Geral. O Brasil foi o primeiro país a instalar sua Comissão Nacional - o Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura. Para adequá-lo às necessidades atuais, o Governo brasileiro procede à sua reestruturação com o objetivo de acentuar o poder multiplicador das atividades da Unesco no país.

Senhor Presidente,

Desejo salientar o apoio do Governo brasileiro ao programa MOST (Management of Social Transformation), que representa uma concepção nova de programa internacional em matéria de ciências sociais -correta intenção de se constituir uma rede internacional de centros acadêmicos e de pesquisa.

É com particular satisfação que o Brasil registra, também, na qualidade de sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a elaboração do Projeto "Educação e Informação em Matéria de Meio Ambiente e de População para o Desenvolvimento Humano". Sua concepção está estreitamente ligada às recomendações da Conferência do Rio de Janeiro, e depositamos nela grandes expectativas de progresso na cooperação multilateral em matéria de educação, formação e de informação sobre o desenvolvimento sustentável. A gestão racional do meio ambiente está, sem dúvida, diretamente ligada à qualidade das informações disponíveis sobre o impacto nos ecossistemas. É nesse sentido que a educação ambiental passa a ter posição cada vez mais destacada nos currículos escolares brasileiros.

Senhor Presidente,

O Brasil confere a mais alta importância à Unesco. Estamos dispostos a contribuir para o debate sobre a renovação do papel da Organização com espírito de colaboração e atentos às novas demandas da comunidade mundial. Nesse sentido, desejo felicitar o esforço do Diretor-Geral da Organização, Doutor Federico Mayor, em nos apresentar o Projeto de Programa e de Orçamento para o biênio 94-95 (27 C/5), documento elaborado com o objetivo de fornecer-nos base sólida para as discussões da presente sessão.

Reitero o apoio do Brasil à alta prioridade conferida à Grande Área de Programa I, "Educação e o Futuro". Em particular, meu país acompanha com grande atenção as atividades da Comissão sobre Educação no Século XXI. Trata-se de tema do maior interesse para os

países em desenvolvimento, cujas sociedades não podem ignorar as exigências de um sistema produtivo internacional em rápida mutação.

No que diz respeito à Grande Área de Programa II, o Brasil aplaude a prioridade atribuída às atividades de formação e de pesquisa. A promoção da cooperação multilateral no campo da ciência e tecnologia é um dos mais importantes serviços prestados pela Organização à Comunidade Internacional. Os programas científicos mantidos pela Unesco configuram iniciativas essenciais à consecução de seu mandato e não poderiam ser dissociados da Organização sem desfigurá-la seriamente.

Quanto à Grande Área de Programa III, cumpre destacar as atividades voltadas para a proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural. Membro do comitê do Patrimônio Mundial, o Brasil tem acompanhado ativamente todo o processo de reestruturação dessa área, iniciado em 1992. Em particular, o Brasil apoia a criação do Centro do Patrimônio Mundial e a iniciativa de revisão dos mecanismos da convenção de 1972. Trata-se, aqui, de esforço exemplar no sentido do aperfeiçoamento e da atualização de instrumentos jurídicos internacionais já existentes.

No âmbito da Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural, o Brasil tem procurado, pela sua Comissão Nacional, coordenar esforços com os demais países do MERCOSUL, a fim de garantir atuação coerente nessa área em nível regional. Exemplo dessa disposição cooperativa é a "Declaração de Puerto Iguazú", documento produzido na I Reunião de Comissões Nacionais de Países do MERCOSUL realizada em abril último.

No âmbito da Grande Área de Programa IV, é especialmente bem-vinda a prioridade atribuída às atividades de formação. Destaque-se, ademais, a importância da iniciativa de "favorecer a difusão, nos países industrializados, de programas de rádio e TV produzidos nos países em desenvolvimento". Trata-se aqui de importante contribuição para a promoção do conhecimento mútuo entre povos e culturas.

Com relação à Grande Área de Programa V, o Brasil reconhece a importância do esforço de 16

concentração de atividades, realizado pelo Secretariado. Apoia a criação do Programa Internacional de Ciências Sociais e, como já pude observar, o lançamento da iniciativa MOST.

O Brasil reafirma, ademais, seu interesse no trabalho e nas deliberações do Fórum de Reflexão ad-hoc e da Comissão Mundial da Cultura e Desenvolvimento, que examinam temas cuja compreensão é essencial à elaboração de um novo conceito de desenvolvimento, à definição das tendências evolutivas da humanidade e à preservação dos valores e direitos humanos fundamentais.

Senhor Presidente,

Os fundadores dessa prestigiosa Organização, inspirados pelo esforço de reconstrução de uma ordem mundial alicerçada sobre a cooperação internacional para a paz, outorgaram à Unesco papel preponderante no processo de consolidação dessa paz mediante defesa intransigente dos direitos humanos - sobretudo do direito à educação e à informação -, das liberdades fundamentais e da democracia.

Convido todos os ilustres participantes desta Conferência-Geral a voltar as mentes para os elevados ideais que presidiram a criação desta Organização, e que se revelam tão atuais em nossos dias. Todo esforço de reflexão sobre os novos rumos a tomar no processo de redefinição do Sistema das Nações Unidas deve tomar, como ponto de partida, a permanência e a afirmação daqueles altos ideais. Do contrário, teremos desvirtuado o propósito original universalista da Organização. Os princípios e valores que norteiam nossas atividades têm a mesma origem e o mesmo fim: a superação dos obstáculos e a promoção do desenvolvimento integral do ser humano - espiritual, social, cultural e político. É este o patrimônio maior da humanidade. Cabe-nos protegê-lo e promovê-lo, a fim de que todo cidadão e toda comunidade, em qualquer parte do mundo, tenha acesso aos frutos do talento, da inteligência e da sensibilidade cultural e inventiva do homem, e possa deles fazer uso para seu desenvolvimento material e espiritual. Muito obrigado, Senhor Presidente.

ANEXOS

1. Agenda de Trabalho do Ministro da Educação e do Desporto do Brasil em sua visita oficial à França (25 de outubro a 02 de novembro de 1993)

A agenda do Ministro Murílio de Avellar Hingel, durante sua permanência na França, começou com um encontro, na tarde do dia 25 de outubro, com o Diretor de Avaliação e Prospecção do Ministério da Educação Nacional, Dr. Alain Michel, que teve como tema a discussão do sistema de avaliação escolar adotado naquele país.

Segundo o dirigente, a preocupação das autoridades francesas é a de apurar o grau de apreensão dos conhecimentos transmitidos e o domínio do idioma. Lembrou que a filosofia da avaliação persegue objetivos mais amplos: "o primeiro deles, por exemplo, é o de conhecer o perfil grupai estudantil, isto é, identificar, a partir de um trabalho de amostragem, o universo discente, de modo que os educadores possam aplicar estratégia pedagógica específica para grupos de alunos que reúnam características de comportamento e de assimilação comuns. Trata-se, portanto, de uma avaliação de massa, e não individualizada, realizada no início do ano letivo".

Alain Michel disse, ainda, que a detecção de diferenças e de dificuldades facilitaria a ação dos professores e nortearia os esforços a serem emvidados. As escolas que abrigam uma clientela estudantil mais complexa recebem do governo atenção especial e vantagens comparativas para o corpo docente. São elas designadas Zonas de Educação Prioritária (ZEP).

Outro tipo de avaliação efetuada no sistema educacional francês é o da comparação de desempenho a nível internacional. As avaliações dos estudantes da França são cotejadas com as de estudantes de outros países, sobretudo europeus e francófonos, matriculados

na mesma série e pertencentes à mesma faixa etária. Essa prática, padronizada pelo "International Educational Achievement", permite a identificação de discrepâncias e a graduação de excelência de cada sistema de ensino. A França já teria realizado experiências dessa natureza com a Escócia e a Espanha.

Além da avaliação a nível internacional, há ainda a avaliação interna a nível temporal, isto é, as autoridades francesas examinam a evolução do desempenho escolar, por disciplinas, ao longo dos anos. Esse diagnóstico permitiria a apuração de falhas e desequilíbrios no sistema de ensino.

Todos os resultados das avaliações do sistema educativo francês são publicados, mesmo que não reflitam situações favoráveis. Acreditam os responsáveis do setor educacional que é importante para o Governo e a própria sociedade poderem contar com um observatório permanente e fidedigno de mensuração da qualidade do nível de ensino nacional. Esses resultados são igualmente úteis para a harmonização das diretrizes educacionais com as necessidades do mercado de trabalho e decorrente demanda profissional. Haveria, nesse particular, uma interação entre escola e empresa.

Procede-se, igualmente, na França, à chamada avaliação de valores cívicos. Objetiva essa avaliação a apuração do grau de absorção dos princípios de cidadania e do conhecimento das instituições civis. Preocupam-se as autoridades de ensino com a questão da integração social da população escolar imigrante, mormente a magrebina. A escola ensaiaria o nível de cidadania atingido e a conseqüente possibilidade de adaptação ao meio e regras sociais francesas, desenvolvendo, ademais, o sentimento de repúdio à violência.

A pedido do Ministro Murílio Hingel, o Diretor de Avaliação e Prospecção do Ministério da Educação Nacional sintetizou o que considerava uma educação de boa qualidade: "é aquela que assegura a transmissão de conhecimento, prepara para o mercado de trabalho, estimula valores cívicos e viabiliza a integração social".

No que se refere à avaliação cognitiva, a tônica é a de se conscientizar os alunos de que a avaliação deve ser um processo contínuo e não esporádico. Para os

franceses, a boa escola é aquela que estimula os alunos a saberem o que querem e o que devem fazer.

Ainda na tarde do dia 25 de novembro, o Ministro Murílio Hingel, reuniu-se com o Decano da Inspeção-Geral do Ministério da Educação Nacional, Sr. Laforest, com o Inspetor-Geral do Ensino Primário, Sr. Ribillard, e com a Inspetora-Geral do Ensino de Português, Sr^a Solange Parvaux.

Em pauta, debate sobre políticas nacionais de magistério, particularmente no que se refere à manutenção da qualidade da formação de mestres e à promoção de mecanismos de estímulo profissional.

As autoridades francesas discorreram longamente sobre as recentes reformas realizadas na área de formação pedagógica, sobre as dificuldades de recrutamento de professores em determinadas disciplinas, sobre o grau de atração e procura pelo magistério e sobre a divisão da competência ministerial na área de educação.

No tocante à língua portuguesa, o Ministro foi informado da alteração do quadro de matrículas escolares em cursos de português: enquanto, no passado, o percentual de alunos de ascendência de países de expressão portuguesa nas classes de português era de 80% e os de origem francesa, 20%, esse percentual é hoje de 60% e 40%, respectivamente.

Outro tema tratado foi o da ampliação da cooperação bilateral na área educativa. Os participantes do encontro acordaram a necessidade de se ampliar essa cooperação. A Inspetora-Geral do Ensino de Português fez menção específica à Feira de Línguas, "EXPOLANGUE", e à realização de um concurso sobre o Brasil para os estudantes de português. A idéia é de se enviar alunos e professores de língua portuguesa ao Brasil, para aperfeiçoamento do idioma e contacto com a cultura brasileira.

Na terça-feira, dia 26, o Ministro Hingel manteve encontro com o Ministro Francês da Educação Nacional, François Bayrou, com quem assinou a Carta de Intenção, que estabelece o interesse comum de desenvolvimento do ensino do português e do francês nos sistemas educativos de cada país.

Na ocasião, o Ministro Bayrou anunciou a sua

decisão de, a partir do próximo ano letivo, determinar a inclusão do português - a exemplo do que já ocorre com o espanhol e o italiano - entre os idiomas opcionais de ensino regular oferecido pelo sistema educativo francês, visando ao aprendizado de línguas românicas.

Na quarta-feira, dia 27, o Ministro Hingel encontrou-se com o responsável por novas tecnologias de ensino no Ministério da Educação Nacional, Sr. M. Mattei, que apresentou o programa francês de ensino à distância e o uso pedagógico da telecomunicação, informática e telemática. O Sr. Mattei comprometeu-se a encaminhar ao Ministério da Educação, através da Embaixada do Brasil, em Paris, material informativo sobre as novas técnicas de ensino em uso na França.

A noite, o Ministro Hingel participou de jantar de trabalho oferecido pelo Ministro da Educação da França aos Ministros da Educação presentes à Conferência da Unesco e reuniu-se com o Sr. Albert Prévost, encarregado de assuntos europeus, internacionais e francófonos do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa, e com conselheiros políticos e técnicos do Órgão. Debateram as experiências e dificuldades dos dois países em relação ao ensino do terceiro grau (custo unitário da formação universitária, autonomia das universidades, contratos de gestão, avaliação de excelência universitária, democratização de oportunidades, demandas do mercado de trabalho, centralização e riscos da regionalização do ensino universitário). Ficou acertada a vinda de uma missão francesa ao Brasil para discussão e reflexão da problemática universitária, bem como para identificar a possibilidade de ações de cooperação bilateral no setor, tendo em vista a identificação de problemas comuns.

Na quinta-feira, dia 28, o Ministro Hingel manteve encontro, na sede da Delegação do Brasil na Unesco, com o Coordenador de Cooperação com o Brasil, Sr. Jean Hebrard.

Em Grenoble, na Savóia, nos dias 1^a e 2 de novembro, o Ministro Murílio Hingel visitou o Pólo Europeu Universitário e Científico (que reúne as Universidades Joseph Fourier, Pierre Mendès-France, e Stendhal, o Instituto Nacional Politécnico, a Escola de Arquitetura e a Escola Superior de Comércio), tendo sido

recebido por seu Presidente, o Dr. Jean-Marie Martin, que falou sobre a estrutura financeira e de funcionamento do referido complexo universitário, conhecido por sua excelência no campo da engenharia, da física e da matemática.

Jean-Marie Martin explicou que 70% dos recursos do Pólo são originários do orçamento do Estado francês, e 30% advêm da Administração Regional (Rhône-Alpes) e do setor empresarial, sob a forma de subsídios (para desenvolvimento de pesquisas, defesa de teses, formação profissional, concessão de bolsas a estudantes estrangeiros e compra de equipamento).

Ainda em relação à participação das empresas, explicou que existe um subsídio que consiste na alocação de um percentual da massa salarial das empresas, da ordem de um terço. O empresário paga e o Governo o reembolsa. Disse que 300 brasileiros estão, atualmente, estudando no Pólo. Quanto aos contratos de gestão, informou que funcionam a contento, e que existem diversos dispositivos de acompanhamento. Os projetos pedagógicos e de pesquisa são submetidos a rigoroso exame de especialistas indicados pelo Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa. A partir desta análise, são liberados os subsídios, inicialmente por um período experimental de dois anos, e prorrogados posteriormente por quatro anos.

Em seguida, o Ministro Murílio Hingel encontrou-se com o Reitor da Universidade Joseph Nemoz, com o Diretor do Serviço de Relações Internacionais do Instituto Nacional Politécnico, com o Reitor da Universidade Stendhal, de Línguas e Letras, Dr. Bernard Miege, e com o Diretor do Instituto Universitário de Formação de Mestres, Dr. Bernard Cornu, para tratar de assuntos de cada uma dessas áreas.

2. Carta de Intenção firmada entre o Ministro da Educação Nacional da França e o Ministro da Educação e do Desporto do Brasil (26/10/93)

CARTA DE INTENÇÃO

Côncios da importância do ensino das línguas francesa e portuguesa para o fortalecimento das relações culturais, científicas e educativas que unem, numa mesma identidade latina, a França e o Brasil, e desejosos de estreitar os laços de cooperação que associam as duas nações nesta área, o Sr. François Bayrou, Ministro da Educação Nacional da República Francesa, e o Sr. Murílio de Avellar Hingel, Ministro da Educação e do Desporto da República Federativa do Brasil, concordam quanto ao interesse em desenvolver a aprendizagem do francês no sistema educativo brasileiro, e facilitar a aprendizagem do português no sistema educativo francês.

Em cumprimento aos textos legislativos e regulamentares em vigor nos dois Estados, e tendo em vista as disposições do Acordo Cultural assinado em 6 de dezembro de 1948 entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, os dois Ministros acordam em definir e implementar as medidas técnicas que permitirão atingir os objetivos acima mencionados.

No âmbito da cooperação lingüística e educativa franco-brasileira, o Ministério da Educação Nacional da República Francesa, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, levará seu concurso técnico às ações que, sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto da República Federativa do Brasil, permitirão desenvolver o ensino do francês junto

aos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e universidades que dependam diretamente de sua competência ou daquela das secretarias de Educação dos estados e dos municípios. Da mesma forma, ações similares poderão ser conduzidas na França em favor da aprendizagem do português, no âmbito da política de ensino das línguas latinas implantada pelo Ministério da Educação Nacional.

Tais ações, que poderão associar o conjunto das instituições francesas e brasileiras interessadas (escolas, universidades, centros de formação e de pesquisa pedagógicas, Aliança Francesa, Associações de Professores, ...), terão por objetivos a formação inicial e contínua de docentes, e, de modo particular, no Brasil, de professores com licenciatura dupla francês/português, assim como a elaboração e a divulgação de documentos de toda natureza, de caráter pedagógico ou educativo. Elas serão objeto de projetos negociados que poderão ser integrados à pauta das reuniões do Grupo de Trabalho Franco-Brasileiro de Cooperação Científica, Técnica e Educativa.

O Ministro da Educação Nacional da República Francesa e o Ministro da Educação e do Desporto da República Federativa do Brasil dão fé e assinam a presente Carta de Intenção.

Feito em Paris, em 26 de outubro de 1993, em duas vias, nos idiomas francês e português, fazendo fé ambos os textos.

François Bayrou
Ministro da Educação Nacional
da República Francesa

Murílio de Avellar Hingel
Ministro da Educação e do Desporto
da República Federativa do Brasil